



Finanças públicas. 5.1. Bens públicos e externalidades. 5.2. Teoria da escolha pública. 5.3. Instrumentos de política governamental. 5.4. Orçamento público e política fiscal. 5.5. O orçamento público e a relação entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. 5.6. Gasto público: seus aspectos monetários e financeiros. 5.7. Rigidez dos gastos públicos e receitas vinculadas. 5.8. Restrição orçamentária do governo. 5.9. Déficit público: conceitos, apuração e evolução recente. 5.10. Déficit, senhoriagem e imposto inflacionário. 5.11. A estabilização do produto e o déficit ajustado ciclicamente. 5.12. Dívida pública: fontes, definições e mecanismos de captação, e suas consequências. 5.13. Sustentabilidade da dívida pública. 5.14. Mercado de títulos públicos. 5.15. Formas de tributação e estrutura tributária. 5.16. Impostos, equidade e eficiência. Competência e atuação do Senado Federal quanto à avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional (Constituição Federal, art. 52, inciso XV). Guerra fiscal. 5.17. O Sistema Tributário Nacional. 5.18. Medição da capacidade de reação e da elasticidade da receita e da despesa vis-à-vis o comportamento de outras variáveis econômicas. 5.19. Projeção de receitas e despesas públicas. 5.20. Padrões de intervenção do Estado no Brasil: políticas salarial e distributiva. 5.21. Proteção do mercado interno, controle de preços e defesa do consumidor. 5.22. Modelos e conceitos-chave de federalismo fiscal.

Subárea: Agricultura

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social 1.7. Falhas de mercado 1.8. Instrumentos de regulação 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia neokeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito.

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

5. Economia Agrícola: 5.1. Conceitos de: agronegócio, sistema/complexo agroalimentar/agroindustrial, cadeia produtiva e redes. 5.2. Organização industrial no agronegócio: barreiras à entrada, economias de escala, economias de escopo, custos de transação, classificação dos mercados. 5.3. Estratégias de concorrência e competitividade no agronegócio: aquisições, fusões, segmentação, diferenciação, diversificação, integração vertical. 5.4. Especificidades do setor rural: dispersão espacial, sazonalidade do ciclo produtivo, perecibilidade dos produtos, risco bioclimático. 5.5. O processo de modernização da agricultura brasileira e a expansão das fronteiras agrícolas. 5.6. O desenvolvimento do agronegócio brasileiro nos anos 90 e no início do séc. XXI. 6. Legislação Geral do Setor Agropecuário: Constituição Federal (arts. 184 a 191) Lei 8.171, de 1991, Lei 8.629, de 1993, Lei 4.504, de 1964, Lei 11.326, de 2006. 7. Desenvolvimento Tecnológico. 7.1. Processos de geração, difusão e adoção de inovações. Os papéis da pesquisa agropecuária, da assistência técnica e da extensão rural (ATER) no desenvolvimento rural. 7.2. Estrutura do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. 7.3. Agentes de ATER públicos e privados. Lei 12.188, de 2010. 7.4. Agricultura de precisão, biotecnologia (Lei 11.105, de 2005). 7.5. Agrotóxicos (Lei 7.802, de 1989). 7.6. Proteção de Cultivares (Lei 9.456, de 1997) e o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (Lei 10.711, de 2003). 7.7. Biocombustíveis de primeira e de segunda geração, biomassa e outras fontes alternativas de energia. 7.8. Fertilizantes, corretivos e inoculantes (Lei 6.894, de 1980). 7.9. Defesa Agropecuária e Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA (Decreto 5.741, de 2006). 8. Crédito Rural. 8.1. Lei 4.829, de 1965 e Lei 8.427, de 1992. Manual de Crédito Rural do Banco Central: finalidades, modalidades, fontes de recursos e garantias do crédito rural. 8.2. Programas de crédito governamentais federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 8.3. Papel do BNDES e dos agentes de crédito. 8.4. Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012. 8.5. Títulos de crédito agropecuário (Lei 11.076, de 2004, Lei 8.929, de 1994). 8.6. Seguro Rural (Lei 10.823, de 2003 e Lei Complementar 137, de 2010) e Programa de Garantia da Ati-

vidade Agropecuária (Lei 8.171, de 1991, com a redação dada pela Lei 12.058, de 2009, e Resoluções do CMN). 8.7. Endividamento rural, renegociação das dívidas de crédito rural. 9. Comercialização. 9.1. Armazenamento (Lei 9.973, de 2000). 9.2. Classificação (Lei 9.972, de 2000). Política de Garantia de Preços Mínimos (Decreto-Lei 79, de 1966). 9.3. Modalidades de comercialização da Conab. 9.4. Comercialização via bolsa de mercadorias e de futuros. 9.5. Comércio Internacional: papel da OMC, OIE, dos blocos econômicos, de países emergentes e das políticas agrícolas dos EUA (Farm Bill) e Europa (Política Agrícola Comum) na formação dos preços e mercados de commodities agrícolas. 9.6. Barreiras tarifárias e não tarifárias, dumping e subsídios internacionais. 9.7. Tributação do setor agropecuário. 10. Desenvolvimento Sustentável. 10.1 Práticas sustentáveis de conservação do solo, plantio direto. 10.2 Irrigação, drenagem e infraestrutura rural. 10.3. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981) e Política Nacional da Biodiversidade (Decreto 4.339, de 2002). 10.4. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985, de 2000) e gestão de florestas públicas para a produção sustentável (Lei 11.284, de 2006). 10.5. Código Florestal. 10.6. Produção de orgânicos (Lei 10.831, de 2003). 10.7 Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997). 10.8. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Lei 11.346, de 2006). 10.9. Programas do Ministério do Meio Ambiente relacionados à agropecuária e ao meio rural. 11. Desenvolvimento Agrário. 11.1. A estrutura fundiária brasileira, o Programa Nacional de Reforma Agrária e ações correlatas do INCRA. 11.2. Regularização fundiária da Amazônia Legal (Lei 11.952, de 2009). 11.3. Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra (Lei Complementar 93, de 1998). 11.4. Normas de Direito Agrário (Lei 4.947, de 1966). 11.5. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR (Lei 9.393, de 1996). 11.6. Sistema Nacional de Cadastro Rural (Lei 5.868, de 1972). 12. Trabalho e Renda Rurais. 12.1 Normas reguladoras do trabalho rural (Lei 5.889, de 1973) e aspectos das relações de trabalho no meio rural brasileiro. 12.2. Cooperativismo (Lei 5.764, de 1971) e associativismo no meio rural, organização do sistema cooperativista brasileiro, segmentos de cooperativas agropecuárias e de crédito rural. 13. Aquicultura e Pesca. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959, 2009) e programas do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Subárea: Economia do Trabalho, Renda e Previdência

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social 1.7. Falhas de mercado 1.8. Instrumentos de regulação 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia neokeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito.

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

5. Salários e mercado de trabalho. 6. Sindicatos e negociação coletiva: reflexos econômicos. 7. Produtividade e taxa natural de desemprego. 8. Relações de fixação de salários e de preços versus a oferta e demanda de trabalho. 9. Rigidez do mercado de trabalho: flexibilização da legislação trabalhista. 10. A evolução do salário mínimo no Brasil: causas e consequências. O impacto do salário mínimo no equilíbrio atuarial da previdência social. 11. Progresso tecnológico e efeitos distributivos. 12. Globalização e efeitos sobre o nível de emprego. 13. Políticas públicas para criação de emprego. 14. Emprego versus subemprego. O mercado informal. 15. Salário, transferências de renda assistenciais e distribuição de renda. 16. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Fundo de Amparo ao Trabalhador. 17. A Previdência Social no Brasil na Constituição Federal e o histórico das reformas empreendidas desde 1988. 18. Sistemas de previdência social. 18.1 Repartição e capitalização. 18.2 Efeitos econômicos. 18.3 Custo de transição entre regimes de previdência. 18.4 A interface entre previdência e demografia. 18.5 Regime próprio de previdência dos servidores. 19. Contas da Seguridade Social. 19.1. Orçamento da Seguridade Social. 19.2. Fluxo de caixa da previdência social. 19.3.

Participação das despesas previdenciárias nos gastos públicos. 19.4. Equilíbrio atuarial da previdência social. 19.5. Evolução da necessidade de financiamento do RGPS em proporção do PIB. 20. Previdência privada versus previdência pública. 21. Previdência complementar. 21.1. Marcos regulatórios: Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001. 21.2. Diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios: as resoluções do Conselho Monetário Nacional. 21.3. Importância das entidades de previdência complementar para a formação da poupança nacional: a relação com o mercado financeiro, mercado de capitais e o financiamento de projetos de infraestrutura. 21.4. Criação e implementação dos regimes complementares para os servidores públicos: desafios e perspectivas.

Subárea: Políticas Microeconômicas

1. Teoria econômica e aplicações. 1.1. Teoria da firma e do consumidor. 1.2. Mercado concorrencial. 1.3. Concorrência imperfeita. 1.4. Monopólio e oligopólio. 1.5. Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.6. Análise microeconômica de bem-estar social 1.7. Falhas de mercado 1.8. Instrumentos de regulação 1.9. Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10. Medidas do desempenho econômico. 1.11. Consumo e investimento. 1.12. Modelo IS-LM. 1.13. Oferta agregada. 1.14. Macroeconomia neokeynesiana. 1.15. Modelos de ciclos reais. 1.16. Expectativas racionais em macroeconomia. 1.17. Orçamento e política fiscal. 1.18. Balanço de pagamentos. 1.19. Fontes de inflação. 1.20. Banco Central e política monetária. 1.21. Análise Econômica do Direito.

2. Noções gerais de economia brasileira. 2.1. O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.2. O choque dos juros internacionais no final da década de 1970. 2.3. Crise dos anos 80. 2.4. Inflação dos anos 70 até o Plano Real. 2.5. Planos heterodoxos de combate à inflação. 2.6. O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.7. Consequências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.8. Reformulação do sistema financeiro nos anos 1990. 2.9. Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo e sobre as finanças públicas. 2.10. A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.11. A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.12. As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.13. Dívida interna e dívida externa: causas e consequências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.14. O endividamento externo brasileiro. 2.15. As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 2.16. Implementação e execução do regime de metas para a inflação no Brasil. 2.17. O crescimento da economia na década de 2000. 2.18. Política de rendas. 2.19. A crise financeira global de 2008/2009, seus desdobramentos para a economia brasileira e medidas adotadas para enfrentá-la. 2.20. O papel da economia brasileira no atual contexto da economia global e sua inserção no escopo dos BRICS.

3. Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: Resoluções do Senado Federal 50, de 1993, 40 e 43, de 2001, e48, de 2007.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do endividamento público, da despesa com pessoal, da expansão da despesa e das renúncias de receita.

5. Comportamento do consumidor: demanda individual; efeitos renda e substituição; demanda do mercado; excedente do consumidor. 6. Escolha sob risco: atitudes em relação ao risco; redução do risco - diversificação; seguro e o valor da informação; demanda por ativos de risco - ativos, retornos dos ativos, "trade off" entre risco e retorno. 7. Produção: tecnologia de produção; isoquantas; produção com um insumo variável; produção com dois insumos variáveis; retornos de escala. 8. Custo de produção: curvas de custo de curto e de longo prazo; economias de escopo; mudanças dinâmicas nos custos: a curva de aprendizado. 9. Estruturas de mercado: concorrência perfeita; monopólio; concorrência monopolística; e oligopólio. 10. Tecnologia e estruturas de mercado: pesquisa e desenvolvimento (P&D); incentivos à inovação como função da estrutura de mercado: o papel da informação; incentivos alternativos à P&D; adoção estratégica de novas tecnologias; cooperação em P&D; patentes; análise de bem-estar da proteção de patentes; externalidades de redes, padronização e compatibilidade; licenciamento de inovações; intervenção do Estado no processo de inovação; legislação sobre patentes; legislação nacional e comparada. 11. Teoria dos jogos: jogos e estratégias; equilíbrio de Nash; equilíbrio perfeito; equilíbrio bayesiano; jogos em sua forma normal; jogos em sua forma normal estendidos; jogos repetidos. 12. Informação, falhas de mercado e o papel do Estado; equilíbrio geral e eficiência econômica; assimetria de informação; bens públicos e externalidades. 13. Regulação: instrumentos da regulação econômica: controle de preço, quantidade, entrada e saída e outras variáveis; regulação versus empresas públicas; o processo regulatório e a legislação brasileira; independência e modo de operação das agências reguladoras no Brasil; teorias da regulação; regulação de monopólios naturais; regulação de mercados potencialmente competitivos; regulação de energia elétrica, petróleo e gás natural; telecomunicações, transportes (aéreo, terrestre e aquaviário), saúde, segurança de produtos e meio ambiente. 14. Defesa da concorrência (economia antitruste): eficiência e progresso técnico; medidas de concentração; oligopólio, colusão e antitruste; estrutura de mercado e competição estratégica; integração horizontal; integração vertical e restrições verticais; barreiras à entrada; monopolização e discriminação de preços; o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; exceções à aplicação da legislação antitruste: o caso de setores regulados; Lei 8.137 de 27 de novembro de 1990; Lei 8.884 de 11 de junho de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência); Lei 9.021 de 30 de março de 1995; Lei 10.149 de 21 de dezembro de 2000. 15. Política industrial e de desenvolvimento: da "velha" política industrial às novas políticas de desenvolvimento industrial; mecanismos de intervenção governamental na política industrial: incentivos fiscais; subsídios financeiros; financiamentos públicos e participação socie-